




EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08242453520198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDILSON GALDINO FIGUEIREDO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **11/03/2018**, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpre ressaltar que a vítima ingressou com pedido administrativo, onde o mesmo passou pelo crivo medico administrativo da seguradora, atendendo as exigências da Lei 6.194/74 e da Sumula 474 do STJ, de maneira que o expert foi categórico ao afirmar que o autor não possui lesão de caráter permanente, senão vejamos:

| PARECER DE ANÁLISE MÉDICA  |  |  |           |                       |
|--|--|---|-----------|-----------------------|
| <b>DADOS DO SINISTRO</b>   |  |   |           |                       |
| Número: 3180300013   | Cidade: Boa Vista                            | Natureza: Invalidez Permanente  |           |                       |
| Vítima: EDILSON GALDINO FIGUEIREDO   | Data do acidente: 11/03/2018                 | Seguradora: COMPREV SEGURADORA S/A  |           |                       |
| <b>PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA</b>   |  |   |           |                       |
| Data da análise: 15/04/2019  |  |   |           |                       |
| Valoração do IML: 0  |  |   |           |                       |
| Perícia médica: Não  |  |   |           |                       |
| Diagnóstico: TRAUMA CORTO-CONTUSO DO JOELHO ESQUERDO.  |  |   |           |                       |
| Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEBRIDAMENTO E ALTA MÉDICA.   |  |   |           |                       |
| Sequelas permanentes:  |  |   |           |                       |
| Sequelas: Sem sequela  |  |   |           |                       |
| Conduta mantida:   |  |   |           |                       |
| Quantificação das sequelas:  |  |   |           |                       |
| Documentos complementares:   |  |   |           |                       |
| Observações: EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. |  |   |           |                       |
| Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.   |  |   |           |                       |
| <b>DANOS</b>   |  |   |           |                       |
| DANOS CORPORAIS COMPROVADOS  | Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74) | Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)                                  | % Apurado | Indenização pelo dano |
|  |  | Total   | 0 %       | R\$ 0,00              |

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, não havendo que se falar em indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, ante a comprovada ausência de invalidez permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito do autor se encontra descabido, já que o mesmo pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválido, conforme ficou comprovado através da perícia realizada a análise médica.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE**, tendo em vista que não foi verificada qualquer invalidez de caráter permanente na vítima.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Assim sendo, o expert atestou a debilidade permanente no joelho esquerdo no percentual de 50%, todavia, é importante mencionar que o autor não juntou aos autos nenhum documento médico conclusivo que corrobore com a lesão atestada pelo perito.

| Segmento Anatômico            | Marque aqui o percentual              |                                   |   |                                      |
|-------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---|--------------------------------------|
| 1ª Lesão<br><i>Joelho (E)</i> | <input type="checkbox"/> 10% Residual | <input type="checkbox"/> 25% Leve | <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média | <input type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 2ª Lesão                      | <input type="checkbox"/> 10% Residual | <input type="checkbox"/> 25% Leve | <input type="checkbox"/> 50% Média            | <input type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 3ª Lesão                      | <input type="checkbox"/> 10% Residual | <input type="checkbox"/> 25% Leve | <input type="checkbox"/> 50% Média            | <input type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 4ª Lesão                      | <input type="checkbox"/> 10% Residual | <input type="checkbox"/> 25% Leve | <input type="checkbox"/> 50% Média            | <input type="checkbox"/> 75% Intensa |

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 7 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**